

Comment

Discursos convergentes: neoliberalismo, tecnociência e jornalismo

Flavia Natércia da Silva Medeiros

Antes de constituir uma tradução do discurso científico em termos “leigos” — e com isso ativando o fantasma da ignorância do público sobre ciência e tecnologia —, a operação em que consiste a principal tarefa do jornalismo especializado na cobertura dos temas relacionados consiste na construção de um discurso próprio. No entanto, com frequência, esse discurso apenas amplifica e legitima socialmente o que os laboratórios científicos e as empresas de alta tecnologia oferecem como novidades, sem crítica nem contextualização. Além disso, ele também se caracteriza em geral por operações lingüísticas de supressão de incertezas, dúvidas e ponderações, contribuindo para o fortalecimento da autoridade dos especialistas e da distância que se estabeleceu — “à força” — entre ciência e sociedade.

No entanto, refletida ou irrefletidamente, os cientistas, desde o final do século XIX (Segunda Revolução Industrial), contribuem com suas pesquisas para erigir o que poderia ser considerado o “pilar oculto” da forma vigente de capitalismo. Sendo assim, não há isolamento: eles são parte do jogo, e não meros observadores isentos e neutros. Municinando a medicina, a indústria e os militares com inventos milagrosos ou mortíferos (ou milagrosos e mortíferos), a ciência contribui para a construção de um mundo em que a tecnologia e o capital são perversivos, dominantes e parecem ter vida própria e destino inexorável. No entanto, projeta-se como um espaço apolítico, forjando verdades que se auto-legitimam.

Parte do discurso da tecnociência em muito se assemelha ao do capital: eivado de determinismos dos mais diversos (tecnológico, genético, ambiental, social), sela destinos e, inevitavelmente, exclui: no caso da tecnociência, a multidão de leigos ignorantes;¹ no caso do capital, os que não tem renda nem bom capital humano. A gênese do discurso sobre o “capital humano” foi examinada por Michel Foucault no curso que ministrou em 1979, recentemente publicado com o título de *Naissance de la biopolitique*.²

No livro, resultante de uma compilação – até então inédita – feita a partir das gravações das aulas que os alunos faziam e das anotações que guiavam cada aula, Foucault analisa as condições de possibilidade, ou seja, o desenvolvimento teórico, prático e discursivo do liberalismo e, depois, do neoliberalismo nas formas que se forjaram na França, na Alemanha e nos Estados Unidos da América. A análise começa no mercantilismo europeu do século XVII, mas essa volta ao passado tem os olhos, na verdade, no presente, na inteligibilidade do momento em que o capital é o Soberano, o mercado é todo-poderoso e as pessoas passam a ver-se como empresas (pessoas jurídicas).

Aparentemente, o neoliberalismo é somente o velho liberalismo *reloaded*, reeditado. Entretanto, para Foucault, a semelhança é superficial e enganosa. Por exemplo, aparentemente se retoma a teoria do *homo oeconomicus* como um dos parceiros do processo de troca em que se baseia a concepção clássica. Mas, na verdade, opera-se um deslocamento importante:

No neoliberalismo — e ele não o esconde, ele o proclama —, vamos encontrar também uma teoria do *homo oeconomicus*, mas o *homo oeconomicus*, nele, absolutamente não é um parceiro da troca. O *homo oeconomicus* é um empresário e um empresário de si mesmo. E essa coisa é tão verdadeira, que, praticamente, esta vai ser a aposta de todas as análises que fazem os neoliberais, substituir a cada instante o *homo oeconomicus* parceiro da troca pelo *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo para si mesmo seu próprio capital, sendo para si mesmo seu próprio produtor, sendo para si mesmo a fonte de renda.³

Na vertente do neoliberalismo que surte hoje efeitos visíveis de subjetivação, todo o ser do homem se vê transformado em capital. Capital humano, mas capital. Cada um deve trabalhar no sentido de elevá-lo, aumentando o retorno na forma de renda, vendo-se amiúde diante de escolhas estratégicas quanto ao

investimento, à alocação que deve fazer de recursos raros a finalidades alternativas — cálculo ao qual não escapa nem o prazer, considerado “produção de satisfação”. Tais escolhas estratégicas incidiriam até mesmo sobre a reprodução dos indivíduos. Afinal, um bom patrimônio genético confere a um filho um bom aporte inicial de capital humano. E tudo mais que costuma fazer parte da educação de uma criança, carinho, cuidados médicos, escola, cursos extracurriculares, pode ser avaliado em termos de investimento e constituem a componente “adquirida” do capital humano. Contas que, feitas pelos sociobiólogos, causaram repugnância, ódio e acalorados debates durante a década de 1970. Empresário de si, o trabalhador não aboliu a exploração — ela nunca teria sido tão intensa. E Foucault, embora não esteja dito na obra, também se preocupava com a resistência possível diante da nova configuração. Se houve uma mudança radical na forma como a vida humana se vê implicada na arte de governar, é preciso também renovar as formas de resistência.

Foucault chama atenção para o fato de que o racismo não é o maior problema suscitado pela entrada de características geneticamente herdadas no cálculo econômico, e o que diz é relevante para a atual discussão sobre a clonagem terapêutica e outras técnicas da biotecnologia. Como se falasse hoje, ele desloca a questão da genética do racismo de Estado para o nível da administração de cada um sobre si mesmo como capital humano e, conseqüentemente, discute a aplicação da tecnologia do DNA recombinante em seres humanos:

Quero dizer isto: é que se o problema da genética suscita atualmente tanta inquietude, não acredito que seja útil ou interessante codificar essa inquietude a propósito da genética nos termos tradicionais do racismo. Se se deseja tentar captar o que há de politicamente pertinente no desenvolvimento atual da genética, deve-se tentar captar as implicações no próprio nível da atualidade, com os problemas reais que isso coloca. E a partir do momento em que uma sociedade colocará a si mesma o problema do melhoramento de seu capital humano em geral, não há como não se produzir senão o problema do controle, da filtragem, do melhoramento do capital humano dos indivíduos, em função, claro, das uniões e das procriações que se seguirão [...] E é então em termos de constituição, de crescimento, de acúmulo e de melhoramento do capital humano que se coloca o problema político da utilização da genética. Os efeitos, digamos, racistas da genética são certamente alguma coisa que se deve temer e que estão longe de ter sido absorvidos. Isso não me parece ser a maior aposta política atualmente.⁴

Outra preocupação foi constante na obra de Foucault: a gênese dos discursos e das verdades. O epistemólogo francês, que ocupou a cátedra de “Sistemas de Pensamento” do célebre Collège de France (Paris) desenvolveu o projeto de estudo da “genealogia dos regimes veridicionais”, ocupando-se, sucessivamente, da história da loucura (1961), do nascimento da clínica (1963), das práticas de encarceramento (1975), da história da sexualidade (1976), do cuidado de si (1984). Como deixa claro, o que ele denomina regime de verdade se instaura por meio de dispositivos de saber-poder capazes de inscrever na realidade algo que, “em si”, não existe, ou seja, é desprovido de substância ontológica — como a loucura, a delinquência, a sexualidade —: o que não existe passa a existir como efeito de discursos, práticas e saberes.

A ciência e seu bastião avançado, a tecnociência, são fontes de discursos, práticas e saberes que interagem com as forças presentes na sociedade — e se casam perfeitamente com as do mercado. Ao cobrir a ciência para o público geral, grande parte dos profissionais da mídia o faz de forma acrítica, fazendo ressoar com maior frequência, volume e destaque a voz dos cientistas, sejam eles independentes ou representantes da indústria e dos governos, como diversos estudos⁵ na área de comunicação da ciência têm posto em evidência. Assim, uma nova camada de legitimação se acrescenta àquela que a própria ciência outorga a seus membros, e a incapacidade dos “leigos” de lidar com ela é, em silêncio ou nas entrelinhas, reafirmada. Se os artigos acadêmicos, a essa altura, já se cansaram de proclamar a insuficiência do foco centrado no conhecimento científico pelo público, a maior parte das matérias apresentadas pelos veículos de comunicação de massa fazem-na, todos os dias, renascer das cinzas.

O discurso predominante é o que afirma ser necessário ao público saber o que ele não sabe, porque somente assim estaria apto a fazer parte da “conversa”. Para operar a exclusão, os supostos “adversários da ciência” são, de saída, desqualificados e deslegitimados como interlocutores. Cabe, porém, lembrar da ressalva que Dorothy Nelkin faz na introdução de sua compilação *Controversy: politics of technical decisions*,⁶ e que alguns estudos de percepção pública da ciência, confirmam:⁷ não se trata de uma

desconfiança geral da ciência, e sim manifestações contrárias a algumas de suas aplicações. Os que são vistos como adversários, muitas vezes, procuram apenas exercer seus direitos como cidadãos.

Notas e referências

¹ C. Polino, “The wise and the ignorant, or a dangerous distinction for America Latina”, *Jcom*, (3) 3, set. 2004, F030303. Disponível em: <<http://jcom.sissa.it/archive/03/03/F030303-en/>>.

² M. Foucault, *Naissance de la biopolitique – Cours au Collège de France (1978-1979)*, Seuil/Gallimard, Paris, 2004, p. 355.

³ *Ibidem*, p.232.

⁴ *Ibidem*, p. 234-235.

⁵ M. Nisbet, B. Lewenstein, “Biotechnology and the American Media: The Policy Process and the Elite Press, 1970-1999”, *Science Communication*, vol. 23, n. 4, jun. 2002, p. 259-391; M.W. Bauer *et al.*, “The dramatisation of biotechnology in elite mass media”. In: G. Gaskell, M. W. Bauer, *Biotechnology 1996-2000 – the years of controversy*, Science Museum, London, 2001. p.35-52.

⁶ D. Nelkin, *Controversy: politics of technical decisions*, Sage, 3rd ed. Newbury Park, CA, 1992.

⁷ Por exemplo, na América Latina: C.A. Vogt, C. Polino (Eds.), *Percepção pública da ciência: Resultados da pesquisa na Argentina, Brasil, Espanha e Uruguai*, ed. Unicamp, Campinas, SP: Fapesp, São Paulo, 2003.

Autora

Flavia Natércia da Silva Medeiros é bióloga e mestre em Ecologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), doutora em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp) e pós-doutoranda em divulgação científica pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Unicamp. Atua como jornalista especializada na cobertura de ciência e tecnologia há 7 anos. Email: fnatercia@yahoo.com